

Wellington Júnio Guimarães da Costa
Pedro Eduardo Andrade de Carvalho
Gilson César Xavier Moutinho

Os exames cadavéricos do Livro para óbitos na cadeia de Mariana
Algumas possibilidades de pesquisa

Palavras-chaves: cadeia, higiene e saúde, óbito

Keywords: Chain, hygiene and health, death

Graduandos em história pela
Universidade Federal de Ouro
Preto. wjunio@yahoo.com.br
pedroeddu@yahoo.com.br
gilsoncesarm@yahoo.com.br

O auto de exame cadavérico era uma prática comum nas Minas Gerais nos períodos colonial e imperial e tinha como objetivo avaliar em que estado se encontrava o cadáver do defunto, assim como as possíveis causas da morte. Havia a preocupação em certificar se a morte foi provocada por fatores naturais ou artificiais. Em tal procedimento, uma equipe de peritos “ composta, no caso deste documento, por um carcereiro, uma autoridade policial, um cirurgião, um farmacêutico e alguns cidadãos como testemunhas “ era responsável, mediante o juramento dos “Santos Evangelhos”, pela descrição anatômica e uma autópsia detalhada das partes do corpo afetadas por algum mal, o que demonstra certas habilidades dominadas por aqueles que se dedicavam à “arte de curar”. Como se sabe, no período colonial, devido à grande carência de médicos para tratar dos problemas de saúde e das demais enfermidades da população, a “arte de curar” era exercida, sobretudo, por cirurgiões, boticários e farmacêuticos. No século XIX, a situação torna-se um pouco mais amena, seja pelo desenvolvimento das ciências da saúde, seja devido à promoção de políticas de saúde pública por iniciativa das autoridades estatais. A preocupação com a questão da contaminação e do perigo de difusão de epidemias tornou-se uma constante e foi um dos fatores que mais pesou a favor da eliminação dos sepultamentos dentro das igrejas, extinguindo, dessa forma, os cemitérios dentro daqueles templos religiosos. Isso porque doenças poderiam se proliferar a partir dos cadáveres em estado de decomposição. Em sua monografia de Bacharelado, Luiz Alberto Sales Vieira nos traz a informação de que essa mudança se iniciou na Europa Iluminista da segunda metade do século XVIII e que “Em Minas essa concepção de saúde pública permaneceu corrente durante todo o século XIX”.¹

A título de hipótese, não é difícil imaginar que a população não branca não era contemplada por tais políticas. A preocupação

Enviado em 5 de setembro
e aprovado em 17 de
outubro de 2008

1. VIEIRA, Luiz Alberto Sales. *Entre a Vida e a Morte*. Interesses Populares, Representações Cristãs da Morte e Medicina Social em Minas no Século XIX. Monografia de Bacharelado em História. UFOP, 2002, pp. 10-11.

com esse enorme contingente populacional, na maioria das vezes se restringia à repressão, ou, quando muito, ao assistencialismo. Em relação aos presos, como já era de se imaginar, a maior parte era composta por indivíduos não brancos. Nos períodos colonial e imperial, a manipulação do elemento racial, definido pelos significados da cor, promovia a marginalização das pessoas não brancas, isto é, a população negra, mestiça livre e/ou liberta (mulatos, cabras, etc.) comumente chamada de pardos. Nesse sentido, e pelo que sugere a análise dos autos de exames cadavéricos dos presos, provavelmente não havia uma preocupação com as condições de higiene dessas pessoas, em sua maioria pardos e negros, na cadeia. A seguir, uma tabela contendo as

Tuberculose e outros problemas Pulmonares		Hidropisia		Hepatite/ Congestão Hepática		Congestão Cerebral		Problemas relacionados ao estômago		Corpo em estado de Putrefação		[phtysica m ezatenica]	
Folha	Ano	Folha	Ano	Folha	Ano	Folha	Ano	Folha	Ano	Folha	Ano	Folha	Ano
2	1856	10	1876	11 v.	1877	14	1880	19	1881	7	1866	17 v	1881
4 v.	1862	18	1881	13	1880	19	1881	20 v.	1882				
15 v.	1880	22 v.	1882	24	1883								
16	1881	24 v.	1883	5v.	1864								
27 v.	1889	25 v.	1883										
14 v.	1880	26 v.	1883										
22	1882												
28 v.	1890												
8 = 33,3 %		6 = 25 %		4 = 16 %		2 = 8,3 %		2 = 8,3 %		1 = 4,16 %		1 = 4,16 %	

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Códice 112

causas das 24 mortes registradas no “Livro para óbitos na cadeia”. As datas-baliza são 1856 a 1890.

Como se percebe, a maioria das mortes teve como causa as doenças pulmonares² como a tuberculose, e outras doenças relacionadas aos ambientes com baixas condições de higiene, como a hidropisia³ e a hepatite⁴. Essa situação sugere que eram péssimas as condições de higiene na cadeia de Mariana e que, aliada à má alimentação e às condições precárias das instalações, formavam um ambiente propício à contaminação e à proliferação e disseminação, pelo ar, de doenças contagiosas como aquelas. É importante não perder de vista que a cadeia ficava na parte inferior do prédio da Câmara Municipal, o que, a título de hipótese, sugerimos, poderia levar ao aparecimento de doenças naqueles que freqüentavam o prédio da Câmara. Veja o exemplo de um corpo encontrado em estado de putrefação⁵ (!) em 1866.

Esse tipo de documento pode ser utilizado por aqueles que se dedicam ao estudo dos temas relacionados às prisões, às doenças, à ciência e saúde pública, à anatomia, ao desenvolvimento e profissionalização da medicina, assim como por aqueles que se dedicam ao estudo do corpo humano em seus vários usos e atribuições.⁶

2. Essas doenças, quando não de nascença, são causadas ou agravadas em grande parte pelo excesso de umidade, poeira, dentre outros. Não é difícil imaginar que as instalações da cadeia eram frias e úmidas, o que poderia contribuir para o surgimento dessas doenças. (deve ser “dessas doenças”)

3. Uma doença caracterizada pelo inchaço generalizado e acumulação de líquidos em partes do corpo ou mesmo em todo ele, podendo levar à falência renal e à insuficiência hepática.

4. Caracterizada pela inflamação do fígado, essa doença é transmitida de forma oral e/ou fecal por um vírus eliminado nas fezes e que pode contaminar a água, os alimentos e os objetos, ou mesmo passar de uma pessoa para a outra. É comum em lugares com condições de higiene precárias, como uma cadeia.

5. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana (AHCMM). Códice 112, fl. 7.

6. Dentre os vários trabalhos a respeito, ver: Maria Cristina ROSA. *Da pluralidade dos corpos*. Educação, diversão e doença na Comarca de Vila Rica. 2005. Tese (Doutorado) UNICAMP, Campinas, 2005.

Por outro lado, dentre as diversas observações possíveis de serem listadas acerca da documentação aqui transcrita, destacamos o fato do Auto de Exame no corpo do Galé Manoel Coelho (transcrito abaixo) ter sido discutido *na Sacristia da Capela de Nossa Senhora das Mercês*. A oposição corpo/alma fica evidenciada na medida em que o trabalho no corpo do defunto foi realizado dentro de um local sagrado. O fato torna-se ainda mais curioso quando listamos as pessoas presentes: o Delegado de Polícia; o Escrivão; o Cirurgião-Mor; um Farmacêutico e três testemunhas. Não nos deparamos na lista com nenhum membro da Igreja, mesmo com a discussão transcorrendo dentro da Sacristia. As possíveis hipóteses para a ausência da oficialidade clerical no contexto da discussão envolvem uma sociedade que, comparativamente com a de um século atrás, não manifesta de maneira tão arraigada a união entre a vida civil e a religiosa. Mesmo com o local físico permanecendo santo e, embora havendo um juramento dos “Santos Evangelhos”, não se lê mais nos registros de abertura, a expressão *ano do nascimento de Nosso senhor Jesus Cristo* bastante comum na documentação do século XVIII, muito menos, a também comum terminologia *morreu da vida presente* que traria junto a ela a concepção de uma vida futura, uma pós-vida na *Corte dos céus*. Deste modo, ao problematizarmos logo as primeiras linhas do documento já nos deparamos com as alterações na relação entre Estado burocrático e Religiosidade entre os séculos XVIII e XIX.

“Auto de Exame no Cadáver de um Galé”⁷

[fl. 5v.] “Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de mil oitocentos e sessenta e quatro, nesta Cidade de Mariana, na Sacristia da Capela de Nossa Senhora das Mercês, onde foi vindo o Delegado de Polícia e o escrivão, o Cidadão Joaquim Alves Branco, comigo Escrivão de seu cargo, sendo presentes os peritos Cirurgião Mor João Paulo da Silva Costa, e o Farmacêutico Joaquim Augusto de Godoy, e as testemunhas abaixo assinadas, lhes deferiu o Ministro o juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles, e lhes encarregou de declararem a verdade do que em suas consci-” [fl.6] “ências encontrarem no Cadáver que presente se achava, examinando-o, respondessem aos seguintes quesitos = 1º. Se a morte proveio de causa natural, ou artificial: 2º. Qual a moléstia ou sintomas que apresenta o exterior do cadáver que lhe foi indicado. E passando os Peritos a examinarem exteriormente o Cadáver, declararam ser de um homem de cor preta, apresentando a idade de quarenta a quarenta e cinco anos, de cinco [pés] e duas polegadas de altura, de rosto comprido, testa pequena, bossa frontal bastante saliente, olhos pequenos e pretos, cílios e supercílios pouco abastecidos de cabelos, e estes como os da cabeça e barba muito [escarapinhados], nariz rombo, beiços grossos, bons dentes, pescoço curto, tórax e abdômen bem desenvolvidos. Membros inferiores [ilegível] demasiados. E que passando ao exame interior do mesmo Cadáver, acharam que a cavidade do pericárdio continha pouco mais ou menos uma onça de serosidade de cor amarelada. No abdômen encontraram o estômago no estado natural; o fígado tendo o duplo do volume, e a vesícula dorsal cheia de muita bÍlis. Fazendo incisão sobre esta [ilegível] dava bastante sangue, e de cor escura. Quanto ao baço, pâncreas, intestinos grosso e delgado, bexiga, [ilegível]” [fl. 6v.] “[ilegível] estavam em estado natural. [ilegível] das [plumas] na parte posterior do tórax. Pulmões congestionados estando mais congestionado o pulmão direito que o esquerdo. O coração pouco mais volumoso que no estado normal e contendo um grande coágulo no ventrículo direito. A cavidade do pericárdio, continha pouco mais ou menos uma onça de serosidade de cor amarelada. E que portanto respondiam ao 1º. quesito = Que a morte proveio de causa natural. Ao segundo, que sucumbiu de Hepatite aguda; e que nada mais tinham a declarar. O ministro perguntou às testemunhas presentes se o Cadáver era do Galé de nome Manuel Coelho. Responderam que era o próprio Galé, por terem dele grande conhecimento. E para constar mandou lacrar o presente que assinam depois de lido por mim Antônio José da Costa Pereira, Tabelião que o escrevi.”

“Delegado Joaquim Alves Branco”

“João Paulo da Silva Costa”

“Jacinto Augusto de Godoy”

“Como testemunha Antônia [Getil] Gomes Cândido”

“José Maria [*ilegível*] Pimenta”

“Manuel da Conceição, o carcereiro”